



# HOMENS E MULHERES QUE RESTAURAM A NOSSA FÉ

PÁGINAS 3, 4 E 5

**TRT-PI mantém dissídio  
contra EBSEPH no Piauí**

PÁGINA 5

**Médicos que atendem com planos de  
saúde terão que fazer contratos individuais**

PÁGINA 7



## editorial

# A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

As Organizações Sociais (OSs) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) como modelo de gestão dos serviços públicos na área da saúde têm trazido prejuízos à sociedade, aos trabalhadores e ao erário. Pior do que isso, virou prática comum e caminha a passos largos para tornar-se a regra ao invés de exceção.

A Lei 6.937/98 que cria as Organizações Sociais garante a essas a aquisição de bens e serviços sem a realização de licitações e sem que haja necessidade de prestar contas a órgãos internos e externos da administração pública. Isto tem aberto precedentes para o desvio de recursos, que sem qualquer controle ou fiscalização, são utilizados sem a devida transparência deixando a abertura para fraudes e corrupção, como temos visto acontecer em estados e municípios em que esse padrão de gestão já foi adotado, violando frontalmente o princípio da Moralidade na Administração Pública.

Fica clara a inaptidão do Estado Brasileiro, quando transfere para outrem a responsabilidade pela atuação nos setores de Educação, Saúde, Segurança e demais serviços essenciais, burlando os deveres constitucionais de atuação da Administração Pública, evidenciando sua incapacidade de gestão.

Outro prejuízo ocasionado pelas OSs diz respeito aos trabalhadores, pela exclusão de concurso público para contratação de pessoal, abrindo as portas para o clientelismo nesta contratação, bem como para a precarização do trabalho frente à flexibilização dos vínculos, suprimindo o caráter democrático do concurso público e meritocracia configurando nitidamente uma tentativa de escapar do regime jurídico de direito público.

Os valores repassados às OSs,



não seguem os critérios defendidos pelos princípios da administração pública, não existindo qualquer controle social na sua aplicação. O montante de recursos é cada vez mais considerável, e cresce paralelamente à precarização dos serviços oferecidos, em sua maioria, ineficientes e sucateados, mesmo as organizações recebendo mais recursos públicos para geri-los que as unidades de saúde pública.

Frente a tais fatos, não existem argumentos capazes de sustentar a defesa jurídica ou econômica das Organizações Sociais, principalmente na gestão dos serviços de saúde, que se apresentam cada vez mais precários, deixando a população desassistida e confirmando a inviabilidade desse modelo de gestão, que até o presente só trouxe prejuízos aos cofres públicos e a sociedade brasileira, nos Estados em que foi implementado.

**LEONARDO EULÁLIO DE ARAÚJO LIMA**  
Secretário Geral do SIMEPI

## DIRETORIA DO SIMEPI TRIÊNIO 2013/2016

### PRESIDENTE

LÚCIA MARIA DE SOUSA AGUIAR DOS SANTOS

### VICE-PRESIDENTE

SAMUEL ROBSON MOREIRA RÊGO

**SECRETÁRIO GERAL** | LEONARDO EULÁLIO DE ARAÚJO LIMA

**TESOUREIRO-GERAL** | RENATO SOARES LEAL

**SUPLENTE** | JULIETA FORTES LAGES CAVALCANTE

**SUPLENTE** | ARQUIMEDES CAVALCANTE CARDOSO

**SUPLENTE** | SALUSTIANO JOSÉ ALVES DE MOURA JR.

**DELEGADO JUNTO À FENAM** | JOLBERTO

GONÇALVES DE CARVALHO

**DELEGADO JUNTO À FENAM** | CAETANO CORTEZ

RUFINO FILHO

**SUPLENTE** | PAULO MÁRCIO SOUSA NUNES

**SUPLENTE** | LÚCIA MARIA DO RÊGO MEDEIROS

# A INDIFERENÇA EM FACE DA DESAGREGAÇÃO SOCIAL É QUE PREOCUPA

*O que mais me preocupa não é nem o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética. O que mais me preocupa é o silêncio dos bons.*

(Martin Luther King)

**FRANCISCO METON MARQUES DE LIMA**  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PIAUÍ

O trabalho constitui a maior preocupação de todos os países do mundo; a falta de trabalho, o maior problema de todos os países. O maior desejo de todos os cidadãos é conseguir um trabalho digno e bem remunerado; e o maior pavor de todos é de perder o emprego. A política de emprego e de salário emplaca e desbanca governos, conforme bem ou mal sucedida. O trabalho ocupa grande lastro do Código Civil, da legislação empresarial, da estrutura agrária, do direito econômico, do direito tributário, do direito administrativo. Portanto, trabalho é coisa muito séria. E, como tal, deve ocupar o centro das preocupações cidadãs.

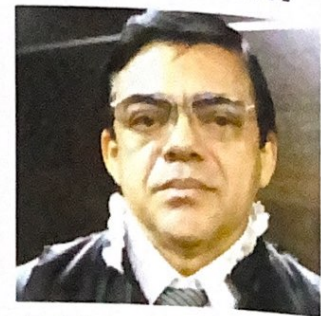
No entanto, a tutela do trabalho se desintegra e a sociedade parece apática a esse problema. Será que não se percebe que o germe de toda a luta fratricida social está nas relações de trabalho? Que a relação de trabalho sempre foi a fonte das injustiças sociais? Que, em consequência, este é o germe da violência social que campeia no Brasil atual? Que foi a escravidão, a servidão, a relação liberal dos anos oitocentos, a relação de trabalho rural nas fazendas do Brasil que germinaram as guerras, as revoluções no mundo e o gongolo no Brasil?

A indiferença é uma qualidade abominável. Registra Dante Alighieri que o Céu repudia o ignavo e o inferno não o aceita.

Sim senhor! O Brasil vive uma guerra civil, entre o cidadão e o delinquente. Ressuscitou o gongolo. Um gongolo urbano, muito mais cruel, sem credo e sem coração, sem humanidade e sem piedade. É uma guerrilha apoiada no tráfico de drogas, na exploração sexual, no contrabando, no roubo de cargas e tudo o mais de mau. Esse submundo arrebanha um exército de desempregados, subempregados, crianças, adolescentes e idosos a seu serviço. A falta de expectativas pelos caminhos lícitos leva muitas criaturas à triste alternativa. Como diz Dom Hélder Câmara, a violência prospera quando as injustiças não são combatidas.

A propósito, é sintomática a entrevista que o traficante Marcola teria dado a um jornalista da Rede Globo e que circulou nos maiores jornais e revistas do País:

Vocês só poderão chegar a algum sucesso se desistirem de defender a "normalidade". Não há mais normalidade alguma. Vocês precisam fazer uma autocrítica da própria incompetência. Mas vou ser franco... Na boa... Na moral... Estamos todos no centro do insolúvel. Só que nós vivemos dele e vocês... Não tem saída. Só a merda. E nós já trabalhamos dentro dela. Olha aqui, mano, não há solução. Sabe por quê? Porque vocês não entendem nem a extensão do problema. Como escreveu o divino Dante: "Lasciate ogni speranza voi che entrate!" Percam todas as esperanças. Estamos no inferno. Certo que essa é a visão de um já degenerado social,



mas que fornece um norte para planejamento de políticas públicas continuadas, de curto, médio e longo prazos, para resolver o problema social noticiado. E, sem dúvida, qualquer política nesse sentido tem que passar pela promoção do valor "trabalho" como instrumento redentor do indivíduo e das comunidades.

De tanto ver prosperar a injustiça de toda ordem, perdemos o senso crítico do que é certo e do que é errado. Até desconfiamos, mas de tanto o Estado apoiar e em virtude de tamanha passividade social, passamos a achar "normais" muitos absurdos. Mas não era para menos. Durante 400 anos foi "normal" a escravidão no Brasil; sucederam 40 anos de servidão sob a oligarquia rural e foi considerado "normal", ainda hoje é "normal" grandes glebas de terra improdutivas e levas de trabalhadores sem terra.

Dentre tantas anormalidades, será justo o sistema de despedida imotivada do trabalhador? Onde fica a consideração do valor da pessoa humana? Onde fica o espírito de solidariedade social? Onde fica a função social da empresa? Será "normal" que o Estado tenha que arcar com a preparação de toda a mão de obra das empresas?

Por outro lado, será normal o Governo "tomar" todas as economias que seriam destinadas à instalação inicial das empresas, com tanta burocracia? Serão normais tamanha carga tributária e tantas espécies fiscais? Por isso que dizia Celso Bastos: a Federação não cabe no orçamento nacional. É grande demais, com quase seis mil unidades federadas, mas das quais menos de mil são autossustentáveis.

Certo que há uma criminalidade divorciada da condição social do delinquente. Porém, esta se enquadra na reserva criminal de toda sociedade normal. Mas o que está acontecendo no Brasil beira à degeneração social. O cidadão vive atrás das grades para se proteger dos delinquentes. Não pode ser tolerado. Algo tem que ser feito. O Iraque é aqui! É verdade também que a sociedade brasileira padece de grave chaga moral. Floresce uma moralidade social calcada em valores inferiores. É dada muita ênfase à mediocridade da "BBBização" da sociedade, à música sem letra, só apelação, a certos estereótipos degenerados.

Tudo, por falta de uma formação moral calcada no bom exemplo, na ocupação, na fé, na família e, sobretudo, no trabalho. O kratos governante (poder político), por sua vez, determina, é determinado e determinante do kratos social, ou seja, o povo tende a incorporar a conduta predominante dos governos e a eleger semelhantes.

## expediente:

**JORNALISTA RESPONSÁVEL:**  
Islândia Rocha DRT - 1554 - PI

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:**  
Tatiara de França - DRT - 1121 - PI

**REVISÃO:**  
Djanes Lemos



# LIDERANÇAS POLÍTICAS MÉDICAS

## MANDETTA

O deputado federal Luiz Henrique Mandetta (Democratas-MS) é um defensor da saúde pública. Mandetta esteve no Piauí em dezembro de 2013 e proferiu a palestra de lançamento do projeto "Saúde: nossa voz no legislativo", que tem em sua essência a formação de bancada Estadual e Federal de políticos eleitos por médicos e para defender os interesses da categoria e da saúde.

### CONHEÇA ALGUMAS DE SUAS BANDEIRAS

O deputado federal Luiz Henrique Mandetta voltou a criticar a estratégia do Governo Federal em esconder uma tentativa de redução do orçamento para a saúde pública dentro da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Orçamento Impositivo. A PEC chegou a ser pautada para a votação no dia 4 de



FOTO: FOLHAPRESS

novembro, mas foi retirada após não haver consenso sobre o tema.

A proposta que prevê a destinação obrigatória de recursos no orçamento para emendas parlamentares, sendo 50% exclusivo para a saúde, foi modificada no Senado Federal. O novo texto de interesse do Governo coloca os recursos das emendas à saúde como parte dos 10% da receita corrente bruta que o governo é obrigado a compor. Na prática, ele burla o projeto de iniciativa popular com mais de 3 milhões de assinaturas que assegurou a obrigatoriedade do repasse pela União.

"É mais fácil para eles fazerem gambiarra via MP ou PEC e pegando carona dentro do orçamento do que discutir com a sociedade aqui nesta Casa. Se isso passar, na prática não vamos conseguir colocar um centavo a mais na saúde", definiu Mandetta.

### Mandetta alerta para situação precária do INSS

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados irá debater, além de outros assuntos, a situação precária do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que ainda aguarda a autorização do Ministério do Planejamento para preencher 4.730 vagas por meio de concurso.

Segundo o 2º vice-presidente da comissão, deputado Mandetta (DEM-MS), o futuro da seguridade social para o próximo governo é de extrema importância. "Nós temos de concluir o trabalho de quatro anos intensos na comissão e discutir melhor previdência social, assistência social e, principalmente, a questão da saúde", afirmou.

FOTO: DC

## RONALDO CAIADO

Ronaldo Caiado é deputado federal no 5º mandato, foi eleito em 2014 senador pelo Goiás e atualmente é o líder da oposição no Congresso Nacional

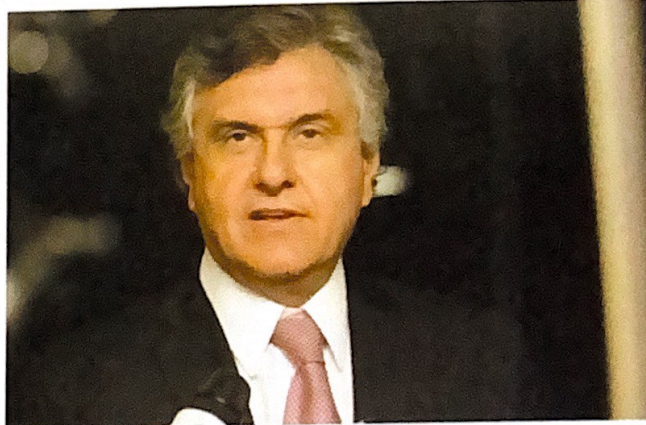
Relator do projeto de lei 1210/2007 que trata da reforma política e autor de vários projetos relevantes na Câmara dos Deputados. Ex-presidente de CPI, de Comissões Externas e da Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

É autor da PEC 454/2009 criando a carreira de Médico de Estado que está pronta para ser votada. Defensor da

transparência dos gastos públicos, ele está sempre atento e vigilante.

Caiado quer convocar ministros para explicar aproximação entre MST e paramilitares venezuelanos

Ronaldo Caiado entrou com requerimentos de convocação aos ministros Luiz Alberto Figueiredo (Relações Exteriores) e Laudemir André Müller (Desenvolvimento Agrário) exigindo explicações sobre um convênio assinado entre o governo venezuelano e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).



## Destaque de Caiado evita perda de R\$ 30 bilhões no financiamento da saúde

Destaque apresentado pelo líder da Oposição no Congresso Nacional, deputado Ronaldo Caiado, vai impedir que o governo congele os valores destinados ao financiamento da saúde. A proposta governista inserida na PEC do Orçamento Impositivo (358/2013) estabelece um piso de 15% da receita cor-

rente líquida da União para o setor, índice bem inferior ao projeto Saúde + 10 que tramita hoje na Casa e já foi aprovado em comissão especial e na Comissão de Seguridade Social e Família. As perdas entre o texto do governo e o projeto de iniciativa popular (Saúde + 10) ultrapassam R\$ 30 bilhões anuais.

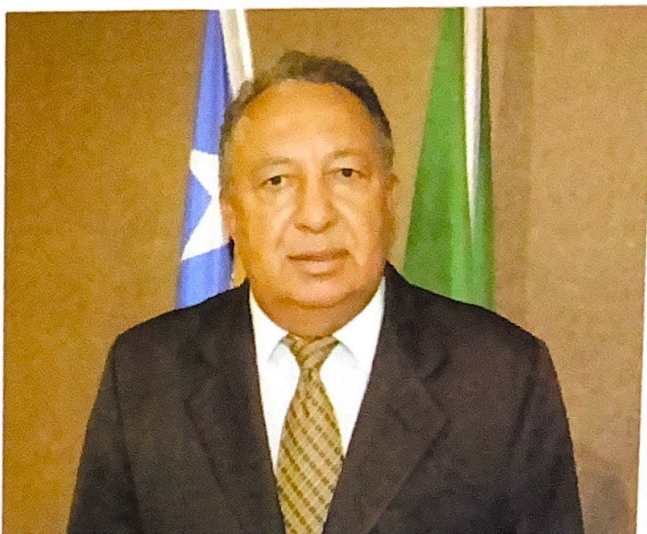
## DR. PESSOA

Eleito deputado estadual com 34.664 votos que asseguram, com folga, para exercer o seu primeiro mandato. Dr. Pessoa foi o candidato a deputado estadual mais bem votado em Teresina e o 14º mais votado no Piauí.

A formação de uma bancada, com deputado estadual e federal, faz parte do projeto "Saúde: nossa voz

no legislativo", iniciado no mês de dezembro na sede do Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí - SIMEPI.

Com a votação expressiva recebida, Dr. Pessoa é o legítimo representante da categoria médica na Assembleia Legislativa e se compromete honrar o termo de compromisso assinado no SIMEPI, que garante defesa no que se trata da saúde e do médico.





## MINISTÉRIO PÚBLICO DE RESPEITO E CORAGEM

Fernando Ferreira dos Santos é membro do Ministério Público do Estado do Piauí desde 1988. Atualmente é titular da 44ª Promotoria de Justiça de Teresina integrante do Núcleo da Fazenda Pública, desempenhando um notável trabalho, busca sem poupar esforços fazer com que as Leis sejam respeitadas e cumpridas. Uma de suas ações que ganharam mais destaque é a que trata da inconstitucionalidade da nomeação de Lilian Martins ao cargo de conselheira do TCE.

O Supremo Tribunal Federal rejeitou os recursos impetrados pelo Estado e pela Assembleia Legislativa do Piauí que pediam a legalidade do processo de indicação e nomeação de Lilian Martins ao cargo de conselheira do Tribunal de Contas do Estado. A esposa do ex-governador Wilson Martins assumiu o cargo vitalício durante o manda-

to do marido, no ano de 2012.

De acordo com o promotor de Justiça Fernando Santos, a decisão pode ocasionar, ainda que indiretamente, a revogação do nome da ex-primeira-dama ao cargo. "A decisão do STF mostra que a nomeação da conselheira Lilian Martins é ilegal. Mas a anulação dessa nomeação depende de decisão de ação civil que corre na 2ª Vara da Fazenda em Teresina", explica Santos.

A decisão do Supremo Tribunal Federal foi profrenda pelo ministro Luiz Fux e ainda é passível de recurso.

Outra ação atual do promotor foi a recomendação que a Prefeitura de Teresina não contrate OSCIP e convoque aprovados.

O Ministério Público Estadual encaminhou recomendação a Prefeitura de Teresina e à Fundação Hospitalar contra a possível contratação da Associação Reabilitar para



gestão de unidades de saúde na capital. De acordo com o Ministério Público, a Associação Reabilitar não cumpriu o requisito previsto no inciso III do subitem 1.7 do Edital de Chamamento Público nº 001/2014.

No item, o Conselho de Administração deve ser composto por 30% de membros natos representantes do Poder Público Municipal.

Fonte: Com informações do Portal O Dia

## Ministro Joaquim Barbosa é um dos motivos de esperança para o Brasil

Atuante e destemido, Joaquim Barbosa ganhou destaque nacional e internacional ao condenar o ex-ministro José Dirceu e mais 7 por corrupção ativa, todos envolvidos no escândalo do mensalão. Foi ministro do Supremo Tribunal Federal, corte da qual foi presidente de 2012 até 2014.

O relator do processo do mensalão, ministro Joaquim Barbosa, condenou oito réus por corrupção ativa (oferecer vantagem indevida), entre eles o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoino e o ex-tesoureiro

do partido Delúbio Soares.

Segundo Barbosa, Dirceu foi o "mandante" do esquema de pagamentos a deputados de partidos da base aliada em troca de apoio político ao governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além de Delúbio, Genoino e Dirceu, foram condenados pelo relator Marcos Valério e seus sócios (Cristiano Paz e Ramon Hollebarch), Rogério Tolentino e Simone Vasconcelos, ex-funcionários de Valério.

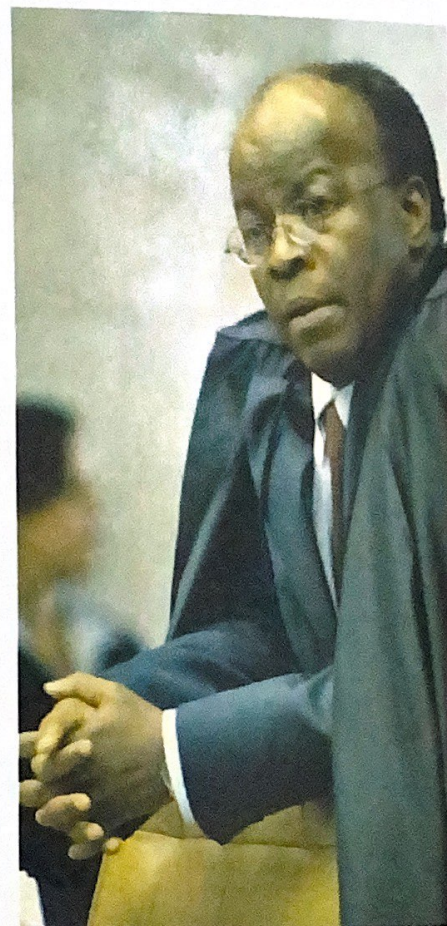


FOTO: AGENCIA BRASIL

### FRASES SOBRE O MENSALÃO:

“ Houve efetivamente a distribuição de milhões de reais a parlamentares que compuseram a base aliada do governo”

“ Partidos políticos não são doadores universais de dinheiro para outros partidos políticos”

“ A lavagem de dinheiro foi feita em uma ação orquestrada com divisão de tarefas típica de um grupo criminoso organizado”

Fonte: Portal G1

JOAQUIM BARBOSA



# O TRT DO PIAUÍ 22ª REGIÃO ESTÁ NA VANGUARDA DA JUSTIÇA BRASILEIRA

*Desembargadores em decisão excepcional mantêm julgamento de dissídio contra EBSEH no Piauí*

O Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região realizou, no dia 01/10, sessão para julgar o dissídio coletivo instaurado pelo Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí - SIMEPI contra o EBSEH, empresa que gerencia o Hospital Universitário.

A sessão presidida pelo desembargador Francisco Meton teve votos da maioria dos desembargadores favoráveis, aprovando a rejeição das preliminares do processo, para que sejam discutidos todos os itens trabalhistas elencados na ação ingressada pelo SIMEPI.

Para a assessoria jurídica do SIMEPI essa etapa foi uma grande conquista. "Hoje tivemos uma grande vitória. Ficou claro que as negociações com a EBSEH devem ser feitas em cada Estado e respeitando o Sindicato dos Médicos, que representa os médicos do HU", destacou a advogada Isadora Santos.

O Piauí é o primeiro Estado do Brasil a realizar um dissídio coletivo contra a EBSEH envolvendo médicos, o que vai servir de prece-

dente para o restante do país.

Para a presidente do SIMEPI, Lúcia Santos, o julgamento do TRT ficou marcado na história do trabalhador médico não só do Piauí, mas do Brasil. "A tentativa de se colocar a EBSEH administrando hospitais universitários públicos achando que dessa forma iria, por ser uma empresa criada pelo Governo Federal, burlar os direitos trabalhistas dos médicos recebeu uma derrota hoje. Continuaremos lutando pela autonomia do Sindicato dos Médicos do Piauí e de seus representados e para garantir que se resguardem os direitos da classe", pontuou a presidente.

Dra. Lúcia Santos destacou ainda a posição de vanguarda que o TRT do Piauí tomou, sensibilizando-se da importância que esse dissídio vai ter para os trabalhadores médicos do Piauí e para os pacientes usuários do SUS, trazendo para si a decisão de julgar os direitos trabalhistas dos médicos do Piauí aqui mesmo no Estado.

## DESEMBARGADOR FAUSTO LUSTOSA

*"É um tema complexo (...) Entrando no âmbito dessa empresa (EBSEH), uma empresa pública, criada pela Lei 12.550 de 2011, com o fim de administrar os hospitais universitários, ligados às universidades federais. Essa empresa hoje administra 22 hospitais (...) Os quadros desses hospitais universitários não são quadros puros, ou seja, uma parte é administrada pela empresa, mas tem estatutários; para resumir, é mais um mostrengo que se cria, a exemplo nos temas mas um mostrengo aqui que não sabemos o que fazer, que é a ENGERPI. É uma empresa que administra outra empresa, cada uma com uma data base, não tem quadro organizado de carreira (...) Há uma diferenciação muito grande, não se trata de forma igual ou iguais, ou seja, os médicos.*

*E vendo a coisa desse ângulo, desses aspectos, olhando desse ângulo das peculiaridades do hospital universitário que teve de ser colocado para funcionar*



*através de processos seletivos internos e depois que se fez concurso. O objetivo do hospital e o atendimento da população que estava desassistida. Cada hospital é um ente autônomo, é uma ilha e precisa ser visto dessa forma (...) Eu não vejo como contemplar isso de uma forma homogênea, e até lá eu acho que o caminho é esse, o dissídio, para que se atenda com mais rapidez e com mais justiça os anseios daqui"*



## DESEMBARGADOR MANOEL EDILSON CARDOSO

*"A EBSEH foi criada com uma empresa nacional que atuará em âmbito local, ela chega em cada hospital universitário e ela assina um convênio por não poder ferir a autonomia universitária. Ela rege o hospital universitário do Piauí sem nenhuma ligação com qualquer outro hospital universitário do Brasil. É um convênio absolutamente local, ela não tem quadro de carreira nacional no sentido de dizer assim, eu tenho um médico lá em São Paulo e vou transferir para o hospital universitário de Teresina, não. Ela chega aqui faz o convênio, faz o seu próprio concurso aqui, contrata aqui, pega servidores cedidos pela Universidade Federal do Piauí, lida e administra setores. A EBSEH foi criada com o intuito de terceirizar o serviço hospitalar dos hospitais universitários com convênios. Então, não tem nada, absolutamente*



*nada de âmbito nacional. Não excede a jurisprudência do TRT da 22ª Região porque nós estamos julgando um dissídio absolutamente local, absolutamente regional, onde todas as condições de trabalho são daqui, onde todos os contratos são daqui e o convênio é daqui, não é um convênio nacional."*



## DESEMBARGADOR WELINGTON JIM BOAVISTA

*"Eu estou absolutamente de acordo com a divergência. Compreendo as dificuldades, embora por outros fundamentos (...). Eu entendo que a competência material em face dessas peculiaridades é do Tribunal Regional do Trabalho do Piauí, em face das peculiaridades relatadas aqui."*



## DESEMBARGADORA ILIANA CHAIB

*"Eu também não tenho nenhuma dúvida em seguir a divergência, pelos mesmos motivos já expostos pelo desembargador Manoel Edilson. Como o companheiro desembargador colocou, pela diversidade de situações e que realmente não há nenhuma gerência nacional, não tem plano de carreira nacional, ao meu ver, remeter esse processo a âmbito nacional é camuflar a jurisdição, é eliminar o acesso à justiça, que vão ser situações dispareces sem qualquer liame a não ser a EBSEH. Já que as demais situações são distintas."*



## ações ganhas pela assessoria jurídica do SIMEPI

### PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE DE TERESINA

#### *Prefeito cria Lei das OS's e OSCIP's para gerir UPAS e UBS*

✓ Recentemente a Prefeitura de Teresina conseguiu aprovar na Câmara Municipal o Projeto de Lei que permite a contratação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para administrar unidades de saúde em Teresina.

Por tal razão o Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí acionou o Ministério Público do Estado através da 44ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI - Promotoria de Justiça da Fazenda Pública, na pessoa do Dr. Fernando Santos, solicitando providências no sentido de que tal situação fosse apurada, diante da comprovada ilegalidade do ato. Ingressando ainda com uma representação junto ao Tribunal de Contas para que apure a legalidade dessas futuras contratações.

### INSALUBRIDADE NO INTERIOR DO PIAUÍ

#### *Prefeituras descumprem o direito dos médicos de receberem insalubridade*

✓ Apesar de a Legislação prever a obrigatoriedade do pagamento do adicional de insalubridade a servidores que têm contato com agentes insalubres, como é o caso do profissional médico, muitas prefeituras do Piauí descumprem tal legislação.

Em razão disso o SIMEPI ingressou com ações contra as prefeituras do Piauí, solicitando o pagamento do referido adicional, por ser obrigatório seu pagamento para a preservação da saúde do trabalhador e o direito fundamental ao meio ambiente de trabalho sadio.

### ABUSO DE PODER DO JUDICIÁRIO CONTRA MÉDICOS

#### *Juiz manda prender médicos que estavam de plantão por não haver leitos disponíveis em UTIs*

✓ Foi noticiado que médicos que se encontravam de plantão em hospitais públicos da capital receberam ordem de prisão emitida pelo doutor Juiz Dioclécio Sousa da Silva, por supostamente terem descumprido ordens judiciais para internação de pacientes.

Ocorre que em momento algum houve, por parte dos profissionais médicos descumprimento da ordem, e sim a inexistência de leito de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) disponível, configurando assim abuso de poder por autoridade no exercício de atribuição pública.

Em virtude de tal situação, o SIMEPI apurou o fato e adotou as providências administrativas e jurídicas, com Representação contra o juiz na Corregedoria do Tribunal de Justiça do Piauí, e ações indenizatórias contra o Estado.

## ATENÇÃO, DOUTOR!

### ASSINATURA DE CONTRATO DOS MÉDICOS COM PLANOS DE SAÚDE

#### *Deve ser acompanhada pela assessoria jurídica do SIMEPI e assinada com intermediação do Ministério Público do Trabalho*

✓ O médico deve ter cuidado para não cair em nenhuma armadilha, ao assinar o contrato de prestação de serviço com planos de saúde.

O novo contrato é baseado na lei da contratualização de nº 13003/14 que regulamenta a obrigatoriedade da formalização de contrato entre as partes e deve ser assinado por todos os médicos que

atendem a qualquer plano de saúde, seja como pessoa física ou jurídica.

As assinaturas dos contratos serão acompanhadas pelo SIMEPI e intermediadas pelo Ministério Público do Trabalho. Os médicos e as operadoras dos planos de saúde têm até o dia 24/12/2014 para assinatura dos contratos. O SIMEPI pede aos médicos que não assinem nenhum contrato enviado por

qualquer plano de saúde, sem antes receber orientação da assessoria jurídica do Sindicato.

Uma minuta de contrato foi elaborada por todos os Sindicatos dos Médicos do Brasil junto à FENAM, que regulamenta a prestação de serviços entre médicos e as operadoras dos planos de saúde, que tem como ganho para o médico reajuste anual.

## NOTA DE REPÚDIO

O Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí (SIMEPI), entidade representativa da categoria médica, localizado nesta cidade na Rua Paissandu, 1665, Centro, por sua diretoria vem por meio desta repudiar de forma veemente a ordem de prisão emitida pelo DOUTOR JUIZ DIOCLÉCIO SOUSA DA SILVA, contra médico plantonista de um Hospital Público da Capital, por supostamente ter descumprido uma ordem judicial para internação de um paciente.

Primeiro ressaltamos que em momento algum houve, por parte do profissional médico de plantão, descumprimento da ordem exarada, que apenas informou a inexistência de leito de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) no momento.

Há de se ressaltar também que diante da insuficiência de leitos em UTIs para atender a demanda de pacientes, o próprio Ministério Público Estadual do Piauí já ajuizou Ações Cíveis e realizou a celebração de TACS com o Poder Público, para que este efeti-

vasse a imediata transferência de pacientes excedentes para outros hospitais da rede pública ou conveniada do SUS, ou, não havendo leitos disponíveis, que fosse contratado o serviço na rede particular, de modo a garantir o atendimento digno e necessário aos pacientes, no intuito de combater a precariedade no funcionamento das UTIs, objetivando sanar as violações e fazer cumprir as determinações legais. Assim, entendemos que a ordem emitida fora inadequada, passível de denúncia na Corregedoria do Tribunal de Justiça por configurar abuso de poder por autoridade no exercício de atribuição Pública, inclusive porque a ordem foi emitida para pessoa ilegítima, já que o profissional médico não é o responsável pela disponibilidade de leitos nas UTIs.

Por fim, afirmamos que serão adotadas todas as medidas pertinentes ao caso, como forma de defesa da categoria profissional médica.

**SINDICATO DOS MÉDICOS DO ESTADO DO PIAUÍ**



# SIMEPI REALIZA 8º CONGRESSO SOBRE A SITUAÇÃO DO MÉDICO E REÚNE GRANDES JURISTAS

Foi realizado nos dias 28 e 29 de agosto o 8º Congresso Brasileiro sobre a Situação do Médico e o III Fórum Médico Jurídico do Piauí. Promovido pelo Sindicato dos Médicos do Piauí com o apoio da Federação Nacional dos Médicos (FENAM), o evento contou com a participação de médicos, líderes sindicais de diversos estados do país, advogados, parlamentares, autori-

dades, entre outros congressistas.

Na abertura do Congresso, o senador Paulo Davim (PV-RN) discursou sobre o tema "Saúde: Nossa Voz no Legislativo". O congresso teve entre seus palestrantes a Procuradora da Fazenda Nacional, Carolina Zockun, Paulo Sérgio Castelo Branco, auditor fiscal do TCE-PI, e o presidente do TRT-PI, Francisco Meton.

Na abertura do Congresso, o senador **PAULO DAVIM (PV-RN)** discursou sobre o tema "SAÚDE: NOSSA VOZ NO LEGISLATIVO", no qual alertou que são poucos os parlamentares que defendem que o subfinanciamento é um dos maiores gargalos do Sistema Único de Saúde (SUS), e que atualmente apenas 4% do orçamento é investido em saúde pública.



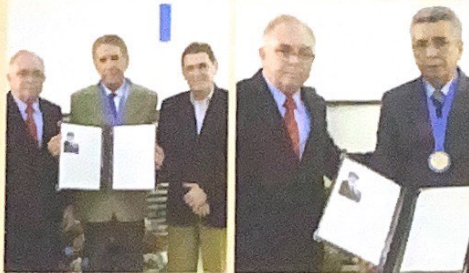
Em discurso, o presidente da FENAM, **GERALDO FERREIRA**, falou sobre a necessidade do comprometimento da classe médica em mudar a atual política que vem massacrando a população e os médicos. "Trazer médicos cubanos com características análogas à escravidão é uma vergonha. Não é um programa de ensino e sim de assistência. Levar assistência a quem precisa é muito importante, mas tem que ser dentro dos mecanismos legais, não se pode passar por cima disso. A presidenta Dilma vai responder por isso de forma vergonhosa", alertou o presidente da FENAM.



## MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO MÉDICO DR. JOSÉ DE ALENCAR COSTA

Durante o evento foram entregues cinco medalhas de Honra ao Mérito Médico Dr. José de Alencar Costa, nas categorias local, regional e nacional. A homenagem visa agradecer os médicos e entidades que são dignos de reconhecimento público pelos relevantes serviços prestados à categoria médica.

Os homenageados foram o presidente da FENAM, Geraldo Ferreira, o senador Paulo Davim (PV-RN), o médico Juarez de Souza Carvalho, o médico e vereador José Pessoa Leal e também o médico Telmo Gomes Mesquita.



O desembargador e presidente do TRT-PI, **FRANCISCO METON**, palestrou sobre **A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS DOS MÉDICOS: DESAFIOS E PERSPECTIVA**. Meton falou da importância da entidade coletiva na defesa das categorias, além de ter a legitimidade, tem a proteção dos seus dirigentes. "Cada vez vocês devem se sindicalizar, para ser representados e ter os seus direitos defendidos" declarou.



O tema **INCONSTITUCIONALIDADE DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS** foi mais uma temática apresentada pela Procuradora da Fazenda Nacional, **CAROLINA ZOCKUN**. Ela destacou que o maior problema do programa é a parte legal. "O problema maior do programa Mais Médicos é o modelo jurídico, o regime deve seguir a lei e ser estatutário", disse Carolina.

## VITÓRIA!

O Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí - SIMEPI acordou com o diretor do IAPEP, **Aloísio Luz**, que o programa de biometria não terá custo para os médicos. Dúvidas, entrar em contato 3221 5624.



## VEREADORES DE TERESINA QUE VOTARAM CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA



Edilberto Dudu - PT



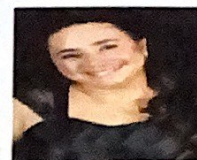
Gilberto Paixão - PT



Antônio José Lira - DEM



Dr. Pessoa - PSD



Cida Santiago - PHS



Paulo Roberto da Iluminação - PTB



Teresa Brito - PV



Rosário Bezerra - PT



Inácio Carvalho - PP

## VEREADORES DE TERESINA QUE APROVARAM A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA



Major Paulo Roberto - PSD



Pastor Levino - PRB



Ricardo Bandeira - PSDC



Samuel Silveira - PMDB



Teresinha Medeiros - PPS



Antônio Aguiar - PROS



Celene Fernandes - SDD



Edvaldo Marques - PSB



Edvan Silva - PTC



Graça Amorim - PTB



Ananias Carvalho - SDD



Carlos Filho - PTB



Joninha - PSDB



Valdemir Virgino - SDD



José Ferreira - PSD



Luís André - PPS



Aluisio Sampaio - PDT



Tiago Vasconcelos - PSB



Pedro Fernandes - SDD

### FILIE-SE AO SIMEPI

O Sindicato dos Médicos está de portas abertas para receber você. Com a sua participação, o Sindicato ganha força na luta em defesa da categoria. Preencha a sua ficha de inscrição na sede do SIMEPI, localizada na Rua Paissandu, Nº 1665, Centro, de segunda a sexta, das 8 às 18 horas.

ENTRE EM CONTATO PELOS TELEFONES: **(86) 3221-5624**  
**9982-2784**

### SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMEPI

- ✓ Assessoria jurídica
- ✓ Assessoria de imprensa
- ✓ Assessoria contábil
- ✓ Convênio com Seguradora de Carros
- ✓ Convênio com a Seguradora de Vida
- ✓ Convênio com a UNIMED - Plano de Saúde

### SERVIÇO CONTÁBIL

A Assessoria Contábil do SIMEPI está disponível para a classe médica e oferece, dentro outros, os seguintes serviços:

- ✓ Abertura de empresas;
- ✓ Escrituração contábil, fiscal e setor pessoal;
- ✓ Elaboração de livro caixa;
- ✓ Elaboração da declaração de Imposto de Renda;
- ✓ Orientação e emissão das contribuições e tributos.

A Assessoria Contábil do SIMEPI faz um acompanhamento personalizado, pois dispõe de um profissional exclusivo na sua sede, pronto para atendê-lo.